

*opart* ORGANISMO DE PRODUÇÃO  
ARTÍSTICA, EPE

 TNSC CNB COMPANHIA  
NACIONAL DE  
BAILADO  
TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

# RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL TRIMESTRAL

## 2.º TRIMESTRE DE 2018

*Em cumprimento da obrigatoriedade de acompanhamento e monitorização da atividade, o presente relatório põe em destaque a atividade desenvolvida e os resultados atingidos em consonância com a especificidade da atividade de produção músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado teatral, durante o 2º trimestre de 2018.*

## Conteúdo

Enquadramento Geral.....	1
Atividade desenvolvida .....	5
Comparação da atividade face ao 2.º Trimestre de 2017.....	5
Mapas Económico-Financeiros.....	6
Gastos.....	6
Rendimentos .....	8
Resultados.....	9
Demonstrações Financeiras .....	11
Demonstração de Resultados por Natureza .....	11
Balanço.....	12
Fluxos de Caixa .....	13

## Enquadramento Geral

Este relatório pretende dar cumprimento ao estabelecido estatutariamente e no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em que compete ao Conselho de Administração acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade, bem como responder perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.

Assim, pretendemos descrever e analisar a atividade desenvolvida pelo Organismo de Produção Artística, E.P.E. (OPART), no decurso do segundo trimestre de 2018, efetuando a análise comparativa face aos instrumentos previsionais de gestão propostos para 2018 e face ao alcançado no período homólogo em 2017. Não é, por isso, demais assinalar que esta atividade se encontra sujeita a ciclos e riscos que exigem uma gestão rigorosa, mas que também necessita dos meios adequados para que possa ser concretizada com a qualidade que se espera de um Organismo de Produção Artística.

A proposta de Orçamento de atividades do OPART para o ano de 2018, foi efetuada com base nas instruções emanadas pela Circular Série A n.º 1387 da Direção-Geral do Orçamento (DGO). De acordo com as alíneas c) e d) do n.º 1 do art.º 4 da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2018 (LOE 2018), ficaram cativas 15 % das dotações iniciais do agrupamento 02, «Aquisição de bens e serviços» e 25 % das dotações iniciais das rubricas 020108A000 «Papel», 020213 «Deslocações e estadas», 020214 «Estudos, pareceres, projetos e consultadoria» e 020220 «Outros trabalhos especializados».

## ENQUADRAMENTO GERAL

Esta cláusula fez com que o OPART, EPE ficasse com cativos no montante de €602.685, ou seja 26% do valor do Orçamento de programação para o Teatro Nacional de São Carlos e Companhia Nacional de Bailado.

Em 2017 lançou-se um ajuste direto, procedimento em conjunto com o Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Nacional S. João inserido no âmbito da Medida Simplex “Sistema de Gestão Integrada dos Teatros Nacionais”, ao Abrigo do Acordo Quadro de Licenciamento de software e serviços conexos (ESPAP 2015) para “Aquisição, parametrização e implementação de software de gestão, bem como os respetivos serviços de assistência técnica e manutenção corretiva e evolutiva” que desse resposta, em primeira linha, à implementação do SNC-AP.

Tendo apenas sido efetuado a integração do saldo transitado solicitada em abril de 2017, para reforço da despesa necessária a esta adjudicação, em novembro de 2017, só nessa altura foi possível outorgar o contrato e dar início à implementação e parametrização. Assim, um trabalho desenhado para ser efetuado em 6 meses, com testes e correções, foi efetuado no início do ano de 2018 e “em andamento”. Os erros continuam a ser corrigidos e as parametrizações efetuadas em paralelo com a atividade diária da Direção Financeira e Administrativa. Mas estamos a cumprir as obrigações decorrentes do SNC-AP.

Com o aumento das Despesas de Pessoal, que começam a aproximar-se dos níveis de 2010, e com a redução com que nos temos debatido na arrecadação de receitas próprias, a par com a pressão ao nível de investimentos e manutenção e reparação dos edifícios e equipamentos, reduzimos cerca de 30% o plafond para a programação do OPART (cerca de €850.000). O aumento da Indemnização Compensatória obtida em 2017 permite fazer face ao aumento dos Gastos com Pessoal e IVA, mas pouco mais. O montante do apoio do FFC de €1.917.100, apoio reduzido em 2017 tendo em conta o aumento da IC, não consegue fazer face às despesas, já reduzidas relativamente aos anos anteriores,

## ENQUADRAMENTO GERAL

com a Programação do TNSC e CNB, aprovada com um plafond global de cerca €2.308.000. Tendo em conta que os nossos encargos de funcionamento geral fixos são na ordem de €1.500.000, e apesar de todos os esforços na contenção destes encargos, claramente se entende as dificuldades sentidas e a pressão existente no lado das receitas próprias, as quais estão estimadas na ordem do €1.647.934. Acontece que a execução das mesmas está a ficar aquém, especialmente no que diz respeito às receitas de bilheteira da CNB e apoio mecenático.

Em abril de 2017 foi aprovada a programação da CNB e TNSC para a Temporada 2017/2018 com base nos financiamentos a obter e usualmente atribuídos e, em agosto desse ano, foi carregado na plataforma da Direção Geral do Orçamento (DGO) a nossa proposta de Orçamento para 2018, na qual se incluiu na previsão de receitas próprias o montante de 375.000€ oriundo da Fundação EDP, entidade com a qual, desde março de 1998, têm sido celebrados protocolos com o intuito de colaboração no desenvolvimento da programação da CNB, no Teatro Camões, bem como da sua Digressão Nacional.

Até 2017, e nos últimos anos, a Fundação EDP contribuía com a quantia de 400.000€, não sujeita a IVA, para apoiar a programação da CNB e as digressões a nível nacional. Em 2017 este valor foi reduzido em 25.000€, passando a 375.000€, valor inscrito no Orçamento deste ano.

Em maio deste ano, fomos informados pela Administração da Fundação EDP que o apoio dessa entidade, enquanto mecenas exclusivo da Companhia Nacional de Bailado, foi reduzido em 275.000€, passando a ser de 100.000€, ou seja, uma redução de 73%.

Com a programação a decorrer, a redução de 73% que nos foi comunicada tem impactos profundos no nosso orçamento.

## ENQUADRAMENTO GERAL

Refira-se a manutenção das dificuldades de tesouraria sentidas neste 2.º trimestre, resultantes da não arrecadação de receitas próprias, onde se inclui o apoio mecenático previsto. Estas dificuldades de tesouraria implicaram o não pagamento de fornecedores e prestadores de serviços, em prole do pagamento de vencimentos e das nossas obrigações fiscais, com impacto negativo da credibilidade do OPART.

O Decreto-Lei de Execução Orçamental, DL n.º 33/2018, foi publicado em 15 de maio. Só a partir dessa altura foi possível efetuar determinados procedimentos, nomeadamente o pedido de integração do saldo integrado, que à data encontra-se em autorização.

outubro de 2018

O Conselho de Administração

Carlos Vargas

Sandra Simões

Samuel Rego

## Atividade desenvolvida

### COMPARAÇÃO DA ATIVIDADE FACE AO 2.º TRIMESTRE DE 2017

Quando comparamos a atividade artística do OPART no 2.º trimestre de 2018, com a levada a cabo em igual período do ano anterior, verifica-se que foram efetuados menos 96 espetáculos, ou seja verificou-se um decréscimo de 58%. Este decréscimo deveu-se essencialmente à digressão nacional da CNB por comemoração dos seus 40 anos de existência que aconteceu no ano de 2017. O Teatro Nacional de São Carlos também teve um decréscimo essencialmente da sua atividade sinfónica, pois no ano de 2017 foram apresentados recitais de entrada livre que decorreram no foyer sobre os temas das óperas da temporada, o que não veio a acontecer este ano. O corte substancial no valor para a programação veio a refletir-se na quantidade de espetáculos apresentados.

Atividade	N.º Espetáculos		Variação	
	2.º T 2017	2.º T 2018	Absoluta	Relativa
Ópera	18	22	4	22%
Concertos	29	16	-13	-45%
Bailado	45	26	-19	-42%
Bailado Digressão	74	6	-68	-92%
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>70</b>	<b>-96</b>	<b>-58%</b>

## Mapas Económico-Financeiros

### GASTOS

Da análise do mapa seguinte resulta que face ao período homólogo do ano anterior verificou-se uma diminuição de gastos, no valor de 768.141 €, o que representa uma redução de 8%. Esta redução encontra-se fortemente condicionado pela redução do valor da produção artística no 1º semestre do ano face ao ano anterior (-1.003.736 €), o que se traduz numa redução de 62%. Esta redução refletiu-se tanto nos gastos com pessoal como nos Fornecimentos e Serviços Externos.

A redução de gastos com a produção artística encontra-se diretamente relacionado com o facto de termos menos concertos, menos bailados e menos espetáculos de digressão no 1º semestre de 2018.

Gastos	2.º Trimestre 2017		2.º Trimestre 2018		Unid: euros Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Absoluta	Relativa
Estrutura	7.885.210	75%	8.122.115	83%	236.905	3%
Prestação de Serviços*	3.342	0%	2.032	0%	-1.310	-64%
Produção	2.631.173	25%	1.627.437	17%	-1.003.736	-62%
<b>Total</b>	<b>10.519.725</b>	<b>100%</b>	<b>9.751.584</b>	<b>100%</b>	<b>-768.141</b>	<b>-8%</b>

\* Gastos com alugueres

Os gastos de estrutura aumentaram 3%.



# MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

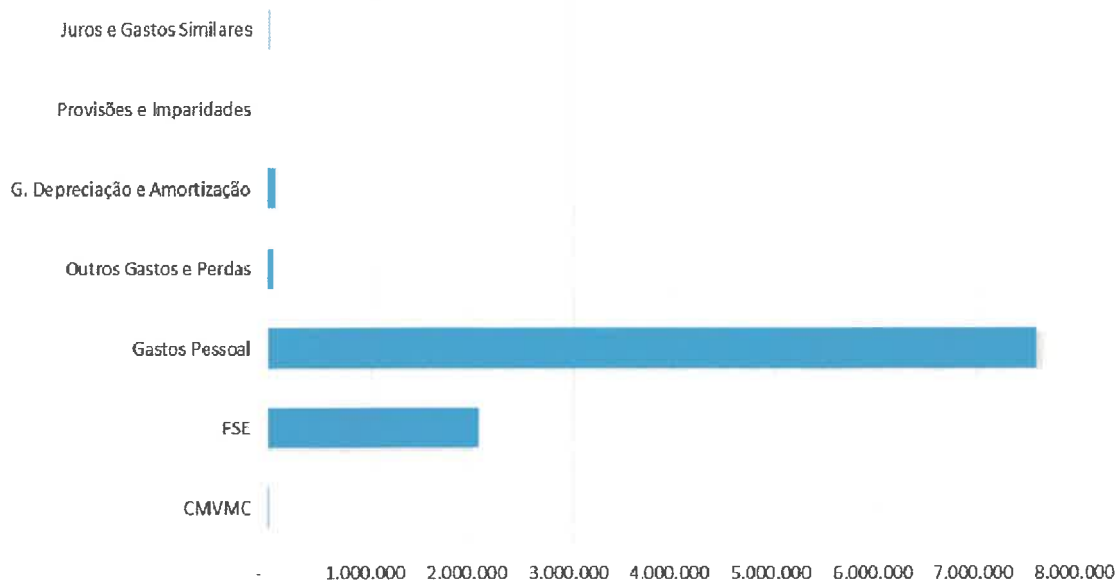
Gastos	2.º Trimestre 2017		2.º Trimestre 2018		Unid: euros	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Variação	
					Absoluta	Relativa
<b>Custo das mercadorias vendidas</b>	<b>1.765</b>	<b>0%</b>	<b>968</b>	<b>0%</b>	- 797	-45,1%
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>2.505.139</b>	<b>26%</b>	<b>2.069.176</b>	<b>21%</b>	- 435.963	-17,4%
<i>FSE Estrutura e Prestação Serviços</i>	<i>564.989</i>	<i>6%</i>	<i>605.851</i>	<i>6%</i>	40.862	7,2%
<i>FSE Variáveis c/ Produção</i>	<i>1.940.150</i>	<i>20%</i>	<i>1.463.325</i>	<i>15%</i>	- 476.825	-24,6%
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>7.667.437</b>	<b>79%</b>	<b>7.578.146</b>	<b>78%</b>	- 89.291	-1,2%
<i>Pessoal Estrutura e Prestação Serviços</i>	<i>6.994.080</i>	<i>72%</i>	<i>7.416.748</i>	<i>76%</i>	422.668	6,0%
<i>Pessoal Variáveis c/ Produção</i>	<i>673.357</i>	<i>7%</i>	<i>161.398</i>	<i>2%</i>	- 511.959	-76,0%
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>31.226</b>	<b>0%</b>	<b>40.312</b>	<b>0%</b>	9.086	29,1%
<i>Outros Gastos Estrutura e Prestação Sen</i>	<i>13.560</i>	<i>0%</i>	<i>37.598</i>	<i>0%</i>	24.038	177,3%
<i>Outros Gastos Variáveis c/ Produção</i>	<i>17.666</i>	<i>0%</i>	<i>2.714</i>	<i>0%</i>	- 14.952	-84,6%
<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>	<b>75.411</b>	<b>1%</b>	<b>62.040</b>	<b>1%</b>	- 13.371	-17,7%
<b>Provisões e imparidades</b>	<b>238.696</b>	<b>2%</b>	-	<b>0%</b>	- 238.696	-100,0%
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	<b>50</b>	<b>0%</b>	<b>942</b>	<b>0%</b>	892	1784,7%
<b>Total</b>	<b>10.519.724</b>	<b>100%</b>	<b>9.751.584</b>	<b>100%</b>	- 1.284.309	-7,3%

Já quando comparamos as duas tipologias de gastos mais significativas, os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos (FSE) com o valor inicialmente orçamentado constata-se que os gastos com pessoal ficaram muito próximo do previsto (-1% de desvio). Os Fornecimentos e serviços Externos ficaram acima do valor orçamentado (10% de desvio).

Gastos	2.º Trimestre 2018		Unid: euros	
	Previsto	Real	Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>Pessoal</b>	<b>7.642.814</b>	<b>7.578.146</b>	<b>-64.668</b>	<b>-1%</b>
<b>Fornecimento e Serviços Externos</b>	<b>1.879.093</b>	<b>2.069.155</b>	<b>190.063</b>	<b>10%</b>
<b>Total</b>	<b>9.521.907</b>	<b>9.647.301</b>	<b>125.394</b>	<b>1%</b>

A estrutura de gastos do 1.º semestre do ano encontra-se espelhada no gráfico seguinte, salientando-se que os gastos com pessoal representam 78% do total dos gastos, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos os quais atingiram 21% do total dos gastos ocorridos no período em análise.

## GASTOS 2.º TRIMESTRE 2018



## RENDIMENTOS

Já quando analisamos os rendimentos obtidos durante os primeiros seis meses do ano, salienta-se que as receitas de bilheteira aumentaram 111.653 € (+20%). Quem contribuiu para este aumento de receita foi o Teatro Nacional de São Carlos, infelizmente a Companhia Nacional de Bailado tem tido uma ocupação muito baixa e consequentemente baixa receita nos seus espetáculos.

Houve igualmente um acréscimo da Indemnização Compensatória e o Fundo de Fomento Cultural na ordem dos 1%.

Infelizmente o apoio mecenático também reduziu cerca de 73% pois a Fundação EDP reduziu o apoio à Companhia Nacional de Bailado.

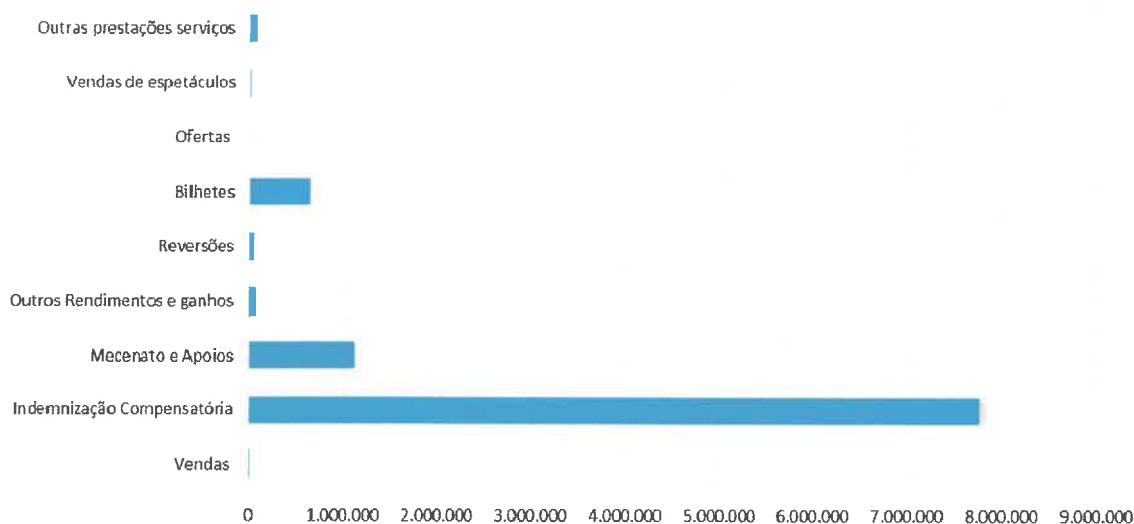
# MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Unid: euros

Rendimentos	2.º Trimestre 2017		2.º Trimestre 2018		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Absoluta	Relativa
<b>Vendas</b>	1.156	0%	1.444	0%	288	24,9%
<b>Indemnização Compensatória</b>	7.696.350	76%	7.769.836	80%	73.486	1,0%
<b>Mecenato e Apoios</b>	1.174.545	12%	1.113.550	11%	-60.995	-5,2%
<b>Outros Rendimentos e ganhos</b>	834	0%	62.637	1%	61.803	7410,4%
<b>Reversões</b>	539.298	5%	35.310	0%	-503.988	-93,5%
<i>Bilhetes</i>	534.849	5%	646.502	7%	111.653	20,9%
<i>Ofertas</i>	0	0%	0	0%	0	0,0%
<i>Vendas de espetáculos</i>	99.398	1%	8.200	0%	-91.198	-91,7%
<i>Outras prestações serviços</i>	59.585	1%	72.051	1%	12.466	20,9%
<b>Total</b>	<b>10.106.015</b>	<b>100%</b>	<b>9.709.530</b>	<b>100%</b>	<b>-396.485</b>	<b>-3,9%</b>

Da análise do gráfico seguinte, resulta que a IC assume a principal fonte de rendimento do OPART (80%), seguindo-se o mecenato e outros apoios (11%) e a bilheteira (7%).

## RENDIMENTOS 2.º TRIMESTRE 2018



## RESULTADOS

Da conjugação dos dois pontos anteriores resulta que o EBITDA (resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) do período em análise atingiu um

## MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

montante de positivo de 20.928,95 €, enquanto no período homólogo do ano anterior o referido resultado foi de -338.247.47 €.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

#### OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Moeda: EUR  
Contribuinte: 508180457

#### Demonstração dos resultados por naturezas em 6 de 2018

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Pos	Neg				
70		Impostos, contribuições e taxas		0,00	0,00
71		Vendas		1.444,20	1.156,33
72		Prestações de serviços e concessões		726.752,89	693.831,14
75		Transferências e subsídios correntes obtidos		8.883.386,32	8.870.895,14
73		Variação de inventários da produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-968,19	-1.765,33
	62	Fornecimentos e serviços externos		-2.069.175,90	-2.505.139,61
	63	Gastos com pessoal		-7.578.145,61	-7.667.436,73
	60(-603)	Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
	603	Prestações sociais		0,00	0,00
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		309,82	751,24
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-4.510,82
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		35.000,00	304.361,94
7623;7627	653;657	Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos		62.637,11	834,45
	68	Outros gastos e perdas		-40.311,69	-31.225,22
		Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		20.928,95	-338.247,47
761	64	Gastos / reversões de depreciação e amortização		-62.040,42	-75.411,42
7624/6	654/6	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-41.111,47	-413.658,89
79		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados		-942,33	-50,39
		Resultado antes de impostos		-42.053,80	-413.709,28
	812	Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		-42.053,80	-413.709,28
		Resultado líquido do período atribuível: (*)			
		Detentores do capital da casa mãe			
		Interesses que não controlam			

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇO

**OPART - Organismo de Produção Artística EPE**

Contribuinte: 508180457

Moeda: EUR

**BALANÇO em 6 de 2018**

Rubricas	Notas	2018	2017
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		513.422,09	614.061,76
Ativos intangíveis		83.761,59	32.343,11
Subtotal		597.183,68	646.404,87
Ativo corrente			
Inventários		70.502,40	57.766,23
Cientes, contribuintes e utentes		15.302,03	13.360,22
Estado e outros entes públicos		1.850,00	22.653,17
Outras contas a receber		93.133,58	282.451,43
Diferimentos		106.184,48	172.189,93
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos		2.182.765,69	397.654,10
Subtotal		2.469.738,18	946.075,08
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.066.921,86</b>	<b>1.592.479,95</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património / Capital		4.000.000,00	4.000.000,00
Reservas		1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados		-9.334.153,42	-9.609.019,79
Outras variações no Património Líquido		2.334,49	3.370,84
Resultado líquido do período		-42.053,80	-413.709,28
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>-3.830.071,80</b>	<b>-4.475.557,30</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente			
Provisões		266.684,96	509.184,96
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Subtotal		266.684,96	509.184,96
Passivo corrente			
Fornecedores		359.566,81	471.927,85
Estado e outros entes públicos		1.390.726,28	1.296.879,43
Financiamentos obtidos		935.890,50	935.890,50
Fornecedores de investimentos		59.850,70	14.618,56
Outras contas a pagar		2.567.168,60	2.158.409,09
Diferimentos		1.317.105,81	681.126,86
Subtotal		6.630.308,70	5.558.852,29
<b>Total do Passivo</b>		<b>6.896.993,66</b>	<b>6.068.037,25</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>3.066.921,86</b>	<b>1.592.479,95</b>

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## FLUXOS DE CAIXA

OPART . EPE

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes		655.460,87
Pagamento a fornecedores		1.917.134,61
Pagamentos ao pessoal		4.320.560,16
Caixa gerada pelas operações		<u>(5.582.233,90)</u>
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-
Outros recebimentos /pagamentos		<u>(3.816.478,92)</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>(9.398.712,82)</u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		-
Activos fixos tangíveis		5.500,00
Activos intangíveis		-
Investimentos Financeiras		-
Outros activos		-
		<u>5.500,00</u>
Pagamentos respeitantes a:		-
Activos fixos tangíveis		736,07
Activos fixos intangíveis		18.377,61
Investimentos Financeiros		-
		<u>19.113,68</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(13.613,68)</u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		-
Financiamentos obtidos		-
Subsidios		11.325.184,19
Outras operações de financiamento		-
		<u>11.325.184,19</u>
Pagamentos respeitantes a:		-
Financiamentos obtidos		-
Juros e custos similares		-
Dividendos		-
Outras operações de financiamento		-
		<u>-</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>11.325.184,19</u>
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>1.912.857,69</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>270.661,57</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>2.183.519,26</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 DE JUNHO DE 2018

## **PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA AO 2.º TRIMESTRE DE 2018**

### **Introdução**

1. Para os efeitos do n.º 3 do art.º 20.º dos Estatutos do Organismo de Produção Artística, Entidade Pública Empresarial (doravante designado por OPART ou Entidade), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de Abril, apresentamos o nosso parecer sobre a situação económica e financeira da empresa do período de seis meses, findo em 30 de junho de 2018, incluída no Relatório de Acompanhamento de Execução Orçamental Trimestral, elaborado pelo Conselho de Administração, no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 3.066.921,86 € e um total de património líquido negativo de 3.830.071,80 €, incluindo um resultado líquido negativo de 42.053,80 €) e nas Demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa do trimestre findo naquela data.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### **Responsabilidades**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
  - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### **Âmbito**

5. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:



- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
    - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
    - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
    - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
    - a apresentação da informação financeira; e
  - b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação:
- a) da concordância da informação financeira constante do relatório trimestral elaborado pelo Conselho de Administração com os restantes documentos anteriormente referidos; e
  - b) das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
7. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação trimestral.

### **Parecer**

8. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes, que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

### **Ênfases**

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 8, chamamos a atenção para as situações seguintes:
  - a) Nos termos do disposto no número 5 do artigo 2.º dos Estatutos do OPART, aprovados pelo Decreto-lei n.º 160/2007, de 27 de Abril, o cumprimento das obrigações da prestação de um serviço de interesse público, previstas neste artigo, e de outras que venham a ser definidas em contrato-programa, confere-lhe o direito a receber uma

indenização compensatória de montante a definir anualmente por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura;

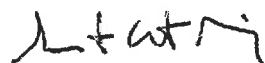
- b) A atividade desenvolvida pelo OPART insere-se assim num contexto em que os rendimentos diretos decorrentes da atividade prosseguida são claramente insuficientes para assegurar a cobertura da totalidade dos gastos gerados. Dadas as características tradicionalmente deficitárias da atividade desenvolvida, o que justifica, à semelhança do que sucede com a generalidade dos Teatros Nacionais de outros países, a atribuição de apoios públicos, a vida da Entidade é fortemente condicionada pelo nível de subsidiação recebido.
- c) A fixação da indenização compensatória para o ano de 2018, foi decidida com base nas instruções emanadas na Circular Série A n.º 1387 da Direção-geral do Orçamento (DGO).
- d) No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Pública (PRACE), a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, aprovada pelo decreto-lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, previu a integração do Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e da Companhia Nacional de Bailado (CNB) no OPART, que veio a ser criado pelo decreto-lei n.º 160/2007, de 27 de Abril, diploma que aprovou, também, os respetivos estatutos.
- e) O OPART sucedeu assim automaticamente ao TNSC e à CNB continuando a sua personalidade jurídica e conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações, integrantes da sua esfera jurídica no momento da sua transformação, sem necessidade de quaisquer outras formalidades.
- f) A situação herdada pelo OPART dos dois Institutos Públicos a que sucedeu (TNSC e CNB) era muito desfavorável e traduziu-se numa situação líquida negativa de 4,1 milhões de euros, no final de 2007. Esta situação de partida tem condicionado a atividade e o desempenho da empresa até ao presente.
- g) O saneamento da situação de falência técnica em que o OPART se encontra desde a sua criação em 2007, tem vindo a ser sucessivamente adiado. O acumular de prejuízos em vários dos exercícios, bem como a não realização dos aumentos de capital estatutário previstos no plano de reestruturação apresentado à Tutela em 28.10.2008 (1.000.000,00 € em 2009 e 1.000.000,00 €, em 2010), destinados a superar a falência técnica apresentada pelo OPART desde a sua criação, têm conduzido à deterioração dos capitais próprios da Empresa.
- h) Desde o início da atividade do OPART, os encargos estruturais com o pessoal, principal componente dos gastos da Empresa, têm vindo a

ser sempre suportados com a indemnização compensatória. O aumento da indemnização compensatória, fixada na Lei n.º 114/2017 (orçamento de Estado para 2018), para o OPART, apenas permite, basicamente, fazer face ao aumento previsto dos gastos com pessoal, resultante da reposição salarial.

- i) A atividade artística do OPART, a única razão da sua existência, reduziu-se de forma significativa. No 2.º trimestre de 2018, o valor da produção artística sofreu um corte substancial, de 1.003.736,00 €, relativamente ao período homólogo do ano anterior, que se refletiu na quantidade de espetáculos apresentados. No 1.º semestre de 2018, o número de espetáculos apresentados ascendeu a 70, contra 166 no mesmo período do ano anterior.
- j) Em 2013, para o exercício normal do seu funcionamento, o OPART teve necessidade de contrair um empréstimo de 900.000,00 €, junto da Direção - Geral do Tesouro e Finanças.
- k) Esse empréstimo venceu-se no mês de setembro de 2016, não tendo sido reembolsado.
- l) Considerando a difícil situação financeira do OPART, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, decidiram em 2016, converter o empréstimo acima referido, acrescido dos juros vencidos, em capital social, operação cujo registo na Conservatória do Registo Comercial está dependente da aprovação por parte da Tutela, das contas do OPART, referentes aos exercícios de 2015 e 2016.
- m) Mesmo com esse aumento de capital, a situação financeira do OPART evidenciada no 2.º semestre de 2018, continua a ser frágil, necessitando de um saneamento que confira a esta Entidade Pública Empresarial, uma real capacidade para fazer face aos seus compromissos e missão de serviço público.

Lisboa, 22 de outubro de 2018

O Fiscal Único



António Manuel Castanho Miranda Ribeiro